

Eleições no Sindsep chega ao último dia

O segundo dia de votação para a eleição da Nova Diretoria e Conselho Fiscal do Sindsep/MA para o Triênio 2019/2022, transcorreu dentro da normalidade, com uma boa participação dos associados ao pleito, exercendo assim, através do voto, o direito estatutário de escolherem seus representantes classistas.

O processo de coleta de votos encerra-se hoje, 28, às 17h.

Amanhã, 01 de março, a Comissão Eleitoral fará a apuração dos

votos, e em seguida irá divulgar o resultado da eleição para a Nova Diretoria e Conselho Fiscal.

A eleição desse triênio tem como concorrente a Chapa 01 Deodato de Brito - Força, Garra, Luta e União.

O Sindsep/MA continua fortalecendo a importância do voto de cada associado para o sucesso da eleição, o que irá ratificar a união de toda a categoria, principalmente em um momento onde faz-se necessária

a coesão de todos os trabalhadores, que diuturnamente estão vendo os seus direitos serem ameaçados, e em alguns casos, tomados à força.

É importante que o movimento sindical e social possa cobrar respeito com a historicidade de lutas que foram travadas para que muitos direitos fossem conquistados.

Por isso, é importante o comprometimento dos servidores federais às urnas para a escolha dos seus representantes nesses próximos três anos.

Congresso é acionado para desarquivar PEC 17/2014

Cinco deputados federais e três senadores de Rondônia foram acionados pela Condsef/Fenadsef para desarquivamento da PEC 17/2014, que concede indenização e tratamento aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT). O dossiê encaminhado aos parlamentares inclui dados alarmantes sobre a intoxicação dos trabalhadores. A ação da Condsef/Fenadsef visa pressionar representantes dos Estados para que a luta por justiça não volte à estaca zero. Para desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição, é necessário recolher 27 assinaturas de senadores até abril deste ano.

Atualmente vinculados ao Ministério da Saúde, diversos Agentes de Saúde Pública e outros trabalhadores combatentes de endemias, em especial da Malária na região Norte, apresentaram sintomas causados por contato com pesticidas altamente tóxicos. Dezenas de trabalhadores tiveram morte precoce, abaixo dos 60 anos de idade (a expectativa de vida do brasileiro é de 75 anos) e com menos de 30 anos de tempo de serviço. A maioria dos sobreviventes apresenta quadro de adoecimento com sintomatologia compatível com intoxicação pelo DDT, mas segue sem assistência médica e tratamentos especializados. A situação agrava a qualidade de vida dos trabalhadores

remanescentes e de seus familiares, também contemplados na PEC 17/2014.

Condição médica

Sobreviventes intoxicados relatam persistência de sintomas associados ao DDT, substância que ataca especialmente o Sistema Nervoso Central, responsável direto pelo funcionamento de diversos órgãos. As principais queixas são com relação a fraqueza, tontura, dores de cabeça e dores abdominais, problemas de visão, irritabilidade, dor de cabeça, desmaios, problemas neurológicos, respiratórios, cardíacos e outros.

Laudo médico judicial realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, em Rondônia, apontou intoxicação crônica por DDT em pessoas já falecidas, após décadas da exposição dos trabalhadores às substâncias. As causas de morte incluem falência múltipla de órgãos, insuficiência renal, insuficiência cárdio-respiratória, infarto do miocárdio e outras.

Entenda

A reivindicação de assistência aos servidores públicos afetados pela utilização de substâncias tóxicas durante o empenho de seus trabalhos acumula histórico de quase uma década. Em 2009, o Brasil, proibiu a fabricação, importação, exportação, manutenção, comercialização e utilização do DDT a partir da aprovação da Lei nº 11.936/2009. Em 2011, houve mobilização para realização de Audiência

Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. O debate público foi consequência de diálogo com a então Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário.

A PEC que a Condsef/Fenadsef solicita desarquivamento, de autoria do ex-Senador Valdir Raupp (MDB/RO) e outros, elaborada em 2014, estava pronta para ir a plenário, mas não foi votada. Em 2015, diversos parlamentares receberam a "Carta SOS Intoxicados DDT - Soldados da Malária", com o dossiê acumulado até então.

Os deputados federais Coronel Chrisóstomo (PSL/RO), Léo Moraes (PODE/RO), Mauro Nazif (PSB/RO), Jaqueline Cassol (PP/RO), Sílvia Cristina (PDT/RO), e os senadores Acir Gurgacz (PDT/RO), Confúcio Moura (MDB/RO) e Marcos Rogério (DEM/RO) receberam oficialmente a solicitação da Condsef/Fenadsef em defesa dos trabalhadores intoxicados.

DDT

Quimicamente identificado como Dicloro-difenil-tricloroetano, o DDT é considerado um inseticida de larga ameaça e grande persistência ambiental, com elevado potencial de acumulação no meio-ambiente. Sintetizado em 1847, o inseticida foi liberado para uso comercial em 1945 e teve seu ápice na década de 1960. Em 2009, foi proibido no Brasil.

"banquetaço" contra extinção do Consea Nacional defende direito à alimentação em São Luís

Nesta quarta-feira (27), uma ampla mobilização aconteceu simultaneamente em 40 cidades no Brasil, em repúdio à extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), instância representativa fundamental para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Em São Luís, o ato denominado Banquetaço, foi realizado entre 12h às 14h, em frente a igreja Santo Expedito, na rua Tomé de Sousa, Floresta, no bairro da Liberdade.

Com o objetivo de sensibilizar a população para a importância de uma alimentação saudável, centenas de pessoas de vários segmentos da sociedade, bateram os pratos vazios e gritaram em uma só voz, palavras de ordem para a volta do CONSEA Nacional.

“O banquetaço é a maior mobilização a nível nacional contra a extinção do Consea. Aqui no Maranhão o ato foi realizado no maior quilombo urbano do estado, por ter uma simbologia muito grande em relação ao trabalho do Consea, que é lutar para que os programas e projetos de fortalecimento da segurança alimentar, possa ser efetivamente executado em sua plenitude. Então, extinguir o Consea significa fragilizar a maior instância de controle social”, enfatizou Concita da Pindoba, presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA -MA.

As lideranças da comunidade da Liberdade ficaram felizes em



receber e mobilizar este ato na comunidade. “Receber este grande evento de mobilização e protesto contra um Conselho tão importante como o Consea, é muito importante para nossa comunidade porque entendemos da importância do direito humano a alimentação saudável”, Pontuou Maycon Lopes, representante do Centro de Integração Socio-cultural Aprendiz do Futuro, CISAF.

“Esse banquetaço representa para nós uma resistência. Não aceitamos o fim do CONSA no Brasil porque o conselho é o elo entre a sociedade e o governo. É o conselho que leva os anseios da comunidade, que monitora, acompanha e fiscaliza as políticas públicas”, declarou Miércio Roberth, coordenador do Fórum Maranhense de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os Conseas Estaduais e municipais não foram extintos com a assinatura da MP. Mas com a extinção do Consea Nacional, as ações estaduais e municipais ficam fragilizadas.

O evento foi uma realização do Conselho estadual de Segurança

Alimentar e Nutricional- CONSEA -MA, Fórum Maranhense de Segurança Alimentar e Nutricional – FMSAN, CAISAN, os movimentos da Liberdade Boi da Floresta, Hip Hop Militante, CISAF, Boi de Leonardo, Movimento pela Saúde dos Povos e mais de 20 entidades.

O Consea é uma entidade de assessoramento imediato à Presidência da República, que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). É composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais.

O conselho faz o trabalho institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, em regime de colaboração com as demais instâncias do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Fonte: Consea/MA

A banner for the SINDSEP Maranhão election. On the left is the SINDSEP logo. The text in the center reads 'ELEIÇÃO PARA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL' and 'Gestão 2019 / 2022'. On the right, it says '26, 27 e 28 FEVEREIRO'. At the bottom, it says 'Participe e fortaleça seu Sindicato!'. On the far right, there is an image of a hand putting a ballot into a box labeled 'ELEIÇÕES 2019'.